MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 002/2016/Ordinária/ConsUni

Aos 28 dias do mês de junho do ano de 2016, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realiza-se a da II sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Junior, diretor do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luiz Carlos Rozante, representante docente do CMCC; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Matheus Cassina Ribeiro; representante discente de graduação; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Nunzio Marco Torissi, representante docente do CMCC; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Raquel de Almeida Ribeiro, representante suplente docente do CCNH; Regina Helena de Oliveira Lino Franchi, representante suplente docente do CMCC; Roberta Kelly Amorim de França, representante suplente dos técnicos administrativos; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC e Wesley Guilherme Alves, representante suplente discente de graduação. **Ausências Justificadas**: Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil. **Ausentes:** Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Gabriela Spanghero Lotta e João Manoel Losada Moreira, representantes docentes do CECS e Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação. **Não votantes**: Carlos Eduardo Machado, discente de graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto

de graduação; Maurício Wojslaw, superintendente de gestão de pessoas; Mirela de Oliveira Tomazini, representante suplente discente de graduação; Paloma Breit dos Santos, discente de graduação; Paula Rondinelli, representante suplente dos técnicos administrativos e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio Administração**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h16 com os **informes da Reitoria:** 1) explica que professor José Fernando Queiruga Rey passa por problemas de saúde que o impedem de dar continuidade a suas funções como pró-reitor de graduação. Deste modo, informa que foram nomeados os professores Paula Ayako Tiba e Leonardo José Steil como pró-reitora e pró-reitor adjunto de graduação, respectivamente. Acrescenta que professor José Fernando continua a fazer parte da gestão como assessor da Reitoria e deseja-lhe uma boa recuperação. **Informes dos conselheiros:** 1) professora Marcela Sorelli inicia a apresentação do relatório da Comissão responsável por propor estratégias de ação e políticas para o enfrentamento da questão de insegurança das mulheres e violência sexual dentro e fora da UFABC. Informa que a apresentação foi dividia em três partes: diagnóstico, princípios e diretrizes e propostas de ações e estratégias. Quanto ao diagnóstico, passa a palavra a Tatyane Estrela, que menciona os principais problemas e dificuldades relacionados ao tema: falta de um canal de comunicação para esse fim, despreparação do serviço de segurança terceirizado para lidar com as questões de violência contra a mulher, falta de planos preventivos de segurança para a mulher, falta de espaços democráticos para debate sobre as questões de insegurança da mulher e violência de gênero e a presença de uma cultura que não prioriza a igualdade de gêneros na UFABC. Menciona os assédios que ocorrem em festas das entidades estudantis e sobre os quais a Instituição precisa agir, de modo a formar cidadãos éticos. Com a palavra, Clarissa relata os princípios e diretrizes do trabalho, que foram pautados na Lei Maria da Penha, que traz uma descrição detalhada acerca dos tipos de violência contra a mulher. Salienta a importância de não se tratar os casos de violência de gênero de maneira genérica. Quanto às propostas, ações e estratégias de intervenção, menciona a instituição de uma comissão permanente que deverá estudar as questões de gênero, bem como capacitar servidores e funcionários terceirizados. Agradece a ajuda dos coletivos, que levantaram problemas e apresentaram sugestões e passa a palavra para Luisa, que propõe a utilização de eventos realizados pela UFABC, como aulas magnas e seminários, para tratar de questões do gênero. Afirma participar da Brigada de Incêndio, que vem pensando em mecanismos de facilitação de pedidos de socorro para membros da comunidade, externos e internos, em casos emergenciais. Tatyane ressalta que a Comissão dialogou com outras comissões e coletivos para elaboração do documento agradecendo-os. Ressalta ser de extrema importância que os estudos continuem sendo realizados por mulheres porque apenas elas conseguem dimensionar os desafios que enfrentam diariamente. Professora Marcela ressalta a importância da implementação de um setor ou comissão que esteja preparado para todos os tipos de auxílio necessários às vítimas. Professor Klaus agradece o trabalho realizado e entende ser um assunto bastante importante e delicado. Em relação às propostas completas, informa que a Reitoria também recebeu algumas propostas dos coletivos feministas, assim como da Ouvidoria e receberá, ainda, propostas da Comissão de Sindicância que trata do caso de estupro ocorrido no entorno da UFABC. Compromete-se a criar um setor específico na UFABC para tratar dessas questões; 2) professora Marcela inicia seu informe acerca do uso de uma reserva técnica institucional

que a UFABC recebeu da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para utilização em estruturas multiusuárias. Explica que existe um projeto do qual a UFABC faz parte, projeto de construção de um telescópio. As universidades envolvidas são a UNIVAP, a UFABC e o IAG da USP. O projeto dispende uma parte para a reserva técnica institucional, que deve ser utilizada obrigatoriamente em infraestruturas multiusuárias, sendo que os recursos estão sendo utilizados já pelo segundo ano. O projeto elaborado prevê, como no ano anterior, uso dos recursos basicamente com a manutenção da Central Multiusuário, principalmente em razão das restrições orçamentárias e pela Pró-Reitoria de Pesquisa não conseguir manter ou viabilizar as atividades da Central, de forma que esta verba que está vindo por meio desta reserva técnica institucional e tem auxiliado praticamente na totalidade de suas atividades. A UFABC precisa enviar o projeto à FAPESP com a anuência deste Conselho para que eles possam fazer a liberação da verba e possamos utilizar esse recurso, pois trata-se de verba restrita para essa finalidade. Complementa que nas Centrais multiusuários da UFABC há trabalhos em toda a parte científica, abrangendo docentes dos três Centros, viabilizados por essa verba. Findo o informe, não houve manifestações contrárias. Para outro informe, passa a palavra à chefe da Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios (ACIC), Patrícia Guilhermitti, que apresenta o relatório anual da Comissão Permanente de Convênios (CPCo) referente ao ano de 2015. Explica o histórico de atuação da CPCo, sua composição e passa a detalhar as solicitações analisadas pela Comissão no ano de 2015: foram 37 solicitações, das quais 15 aprovadas e 22 aprovadas com recomendações, apresentando uma variação de 29% em relação ao total. Apresenta, então, as parcerias celebradas de 2010 a 2015, cujo valor total atinge R$ 43.962.982,00. Avalia que a CPCo cumpre sua missão de desburocratizar e dar celeridade aos acordos de parceria, uma vez que se reúne quinzenalmente; 3) professor Ronei Miotto relata incidente ocorrido no dia 7 de junho nos laboratórios 106 e 102 do Bloco Delta, no *campus* São Bernardo do Campo. Explica que, após as fortes chuvas, constatou-se um problema de impermeabilização das lajes dos espaços, causando muitas goteiras e colocando em risco as pesquisas dos docentes envolvidos. Acrescenta que a Prefeitura Universitária (PU) foi acionada e respondeu ao chamado prontamente, consertando os forros danificados e iniciando a impermeabilização das lajes. Questiona a Reitoria, porém, afirmando que o mesmo problema ocorreu no ano anterior, quando o prédio ainda se encontrava em período de garantia, mas a construtora Hudson, responsável pela obra, não realizou os reparos. Em outro informe, menciona uma Comunicação Interna (CI) encaminhada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) que relatava o caso de uma aluna com deficiência que perdeu diversas avaliações. Ressalta a necessidade de docentes e técnicos administrativos realizarem treinamentos para melhor atender às pessoas com deficiência. Professor Klaus comenta que a questão da inclusão de pessoas com deficiência é muito importante para a Instituição, uma vez que ela possui uma política bastante ousada quanto à reserva de vagas para essas pessoas. Afirma que solicitou, por diversas vezes, ao Ministério da Educação novos cargos de técnicos administrativos capacitados a lidar com as questões de acessibilidade. A Divisão de Acessibilidade, no momento, é extremamente limitada, uma consequência das vagas que a UFABC possui em seu quadro. Passa a palavra ao pró-reitor da ProAP, Gustavo Galati, que se demonstra satisfeito com a preocupação da comunidade, mas entende que o esforço deve ser coletivo. Reconhece que os recursos são limitados e faz um apelo aos diretores de Centro para que informem à ProAP suas alocações de turmas de modo que ela possa prestar o apoio e orientações necessários aos docentes de disciplinas em que

haja alunos com deficiência. Professor Klaus acrescenta que, enquanto não houver os recursos necessários para equipar a Divisão de Acessibilidade, será necessário um esforço coletivo para enfrentar os problemas de acessibilidade e prestar auxílio aos membros da comunidade que dele necessitem; 4) a representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, informa ser membro da Comissão Julgadora das propostas de criação de novos cursos de licenciatura na UFABC. Acrescenta que durante os trabalhos, foram identificadas falhas procedimentais, de modo que será necessário que o Conselho reavalie o modelo dos editais de chamamento. Desse modo, solicita a retirada de pauta do item 6 do Expediente, a saber, "Apreciação do edital para abertura de novos cursos de graduação na área de Tecnologia da Vida", até que as melhorias sejam realizadas. Não havendo representantes da área demandante presentes para acatar a solicitação, professor Klaus orienta que a conselheira transmita suas preocupações aos proponentes; 5) professor Mauro expõe que realizará quatro informes: i) solicita que a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) centralize o recebimento e registro de atestados e justificativas de ausência, não mais orientando os alunos a conversarem diretamente com os docentes; ii) questiona a ProGrad acerca de como será feita a avaliação dos docentes pelos alunos, uma vez que este é um dos itens que contabilizam pontos para promoção e progressão funcional docente; iii) afirma não haver na UFABC um laboratório de tratamento de resíduos químicos, o que pode acarretar em problemas com a Vigilância Sanitária. Ressalta a necessidade de oficinas mecânica e eletrônica, além de uma vidraria, que prestem apoio aos docentes para suas pesquisas e para o ensino, uma vez que isso contribuiria com a diminuição de custos para a UFABC; iv) afirma que há quatro anos não é alocado para lecionar a disciplina "Base Experimental das Ciências Naturais", mas pôde observar que ela não apresenta a qualidade desejada, apresentando apenas três experimentos e um projeto final que envolve dez alunos, uma quantidade muito grande para que seja mantida a qualidade e v) relata ter sido encaminhado aos professores um documento informativo acerca das normas de segurança dos laboratórios. Tal documento expressa que os técnicos de laboratório terão autonomia para retirar dos laboratórios alunos e docentes que não seguirem as regras. Afirma ter estudado, concluído seu doutorado e pós-doutorado para estar aqui e acredita que deva haver um respeito à administração da Universidade. Considera o fato como uma inversão de valores, uma vez que a possibilidade de um técnico de laboratório retirar um docente de um laboratório subverte qualquer tipo de ideia de hierarquia ou de administração na Universidade. Acrescenta que todos devam seguir as regras: docentes, técnicos de laboratório e discentes. Acrescenta que, se houver a necessidade de retirar outra pessoa de um laboratório, essa premissa deve ser de um docente e não de um técnico. A conselheira Maria Isabel, representante dos técnicos administrativos, afirma perceber na fala de professor Mauro um grande desmerecimento do trabalho das pessoas que são as responsáveis pela organização e adequação dos laboratórios didáticos. Concordo que todos devam respeitar as regras, porém, o técnico necessita ter autonomia no espaço pelo qual é responsável. Acrescenta que a responsabilidade pela organização do espaço e pela segurança daqueles que o utilizam é premissa legal do cargo do técnico de laboratório; 6) professor Dácio solicita que o item 5 do Expediente, "Autorização para o afastamento do país, com ônus para a UFABC, do professor Klaus Werner Capelle, reitor, no período de 05 a 09 de julho de 2016, incluindo trânsito, para participar do evento Times Higher Education - Latin America Universities Summit, em Bogotá, Colômbia" seja promovido para o item 6 da Ordem do Dia. Não havendo objeções, a ordem da pauta é alterada. Nesse momento, sugere-se a apreciação imediata do item, uma vez que não requer grande debate. Sugestão acatada. Passe-se à

Ordem do Dia: Autorização para o afastamento do país, com ônus para a UFABC, do professor Klaus Werner Capelle, reitor, no período de 05 a 09 de julho de 2016, incluindo trânsito, para participar do evento *Times Higher Education - Latin America Universities Summit*, em Bogotá, Colômbia. Não havendo manifestações, o item é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Retorna-se, então, aos **informes dos conselheiros:** 7) professor Dalpian noticia acerca dos cortes de bolsas que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) havia feito no início do ano. Recorda que a UFABC havia perdido apenas 2,5% das bolsas disponíveis à época. Porém, após conversas, conseguiu-se reaver grande parte das bolsas, o que fez com que a pós-graduação da UFABC ficasse com um déficit de apenas uma bolsa de mestrado. Prossegue informando que todos os processos seletivos da pós-graduação da UFABC estão sendo realizados por meio de Sistema Integrado de Gestão da UFABC (SIG-UFABC), o que facilita o acesso dos candidatos, bem como a atuação das coordenações dos programas. Por fim, relata que a CAPES disponibilizou, para os programas de pós-graduação, os recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), que são destinados a custear a participação de estudantes e docentes em eventos e pesquisas de campo. Tal recurso estará disponível para a UFABC no mês de julho; 8) a representante dos discentes de graduação, Tatyane Estrela apresenta cinco informes: i) relata um caso de violência física sofrida por um casal homossexual na formatura da UFABC. Informa que um aluno beijou seu namorado na festa e um parente de outro formando o agrediu; ii) relata que nos trotes do início do quadrimestre houve um caso de assédio a uma menina e, após uma amiga questionar o assédio, foi agredida com um soco no rosto. Acrescenta que tal tipo de violência costuma repetir-se e não basta apenas a criação de uma comissão para estudar os casos de violência de gênero, mas aponta a necessidade de criação de um conselho de segurança para que seja atribuída a devida responsabilidade às entidades da UFABC; iii) afirma ter atuado em um projeto de formação docente junto a outras discentes e relata terem sido humilhadas pela docente responsável. Acrescenta que foi instaurada uma comissão de sindicância, porém, após anos do ocorrido, o processo foi arquivado. Salienta que esse tipo de encaminhamento perpetua a imoralidade e legitima esse tipo de atitude da docente. Acrescenta haver, na UFABC, uma cultura que prega que os docentes têm total liberdade para agirem da maneira como quiserem e que todas as outras categorias devem abaixar suas cabeças; iv) aponta a necessidade de a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) criar uma política de comunicação que seja acessível e dialogue com a juventude. Aponta a necessidade de canais acessíveis por meio de mídias sociais e mais abertura ao diálogo. Indaga qual o conceito da ProAP e seu papel perante a comunidade. Acrescenta ter encaminhado diversos e-mails à área sem obtenção de qualquer resposta; v) finaliza, informando que há colegas discentes que vieram ao ConsUni para tratar de permanência, uma vez que, devido aos cortes nas bolsas dos discentes, há alunos que não mais terão condições de alimentar-se e pagar aluguel; 9) professor Daniel Pansarelli apresentará três breves informações: i) a Editora da UFABC publicou um edital para recebimento de propostas de publicação de materiais didáticos voltados aos perfis de disciplinas da UFABC; ii) em conjunto com a Agência de Inovação da UFABC, foi publicado um edital para interessados em constituir empresas júnior dentro da UFABC. Trata-se de chamada pública para interessados docentes, discentes e técnicos administrativos; iii) no mês de agosto, estarão abertas as inscrições para editais de fomento à Extensão e Cultura para ações para o próximo ano. Técnicos administrativos e docentes poderão estar à frente de tais propostas que poderão contar com discentes nas equipes executoras, com vistas à

solicitação de subsídios para essas ações de extensão e cultura no ano de 2017; 10) o representante dos técnicos administrativos, Ronny Mattos, informa que encaminhou ao Conselho uma minuta de recomendação, bem como sua justificativa. Explica que o objetivo do documento é recomendar à SuGePe que cumpra o disposto na Resolução ConsUni n°13. Relata, ainda, que, momentos antes da reunião, houve uma conversa com o superintendente de gestão de pessoas, intermediada pelo reitor, na qual fora firmado um acordo. Porém, posteriormente, foram colocadas exigências que não haviam sido acordadas durante a conversa. Ronny menciona Nota de Auditoria acerca do assunto e complementa dizendo: "por isso proponho ao Conselho que emita uma Recomendação para que a SuGePe passe a adotar o que consta na Resolução ConsUni n°13, e não a extrapole, porque a ela não cabe interpretar, cabe cumprir. Resolução do Conselho Máximo desta universidade é para ser cumprida, não interpretada". Após discussões, a proposta é secundada e são expostas diversas dúvidas acerca do encaminhamento do assunto. Tais questionamentos são esclarecidos pela secretária-geral, Soraya Cordeiro, que explica que, após ser apresentada a proposta e esta ser secundada, o assunto deve ser debatido e, então, encaminhado para votação. Propõe-se, então, nova reunião entre as partes, mediada pela Reitoria, de modo que se verifique o porquê da quebra do acordo. Não havendo solução, o conselheiro poderá trazer o assunto novamente ao crivo do Conselho, na Ordem do Dia, após a apreciação da Ata. Neste momento, adentra a sala o superintendente de gestão de pessoas, Maurício Bianchi Wojslaw, que esclarece ao Conselho que a SuGePe já vem se debruçando sobre o assunto e busca resolver a situação. Entretanto, aponta que a resolução deve ser desenvolvida de maneira mais bem estruturada, de modo a não acarretar em perdas para o processo de avaliação de desempenho. Após discussões e esclarecimentos, a área demandante propõe suspender o assunto para uma nova tentativa de acordo. Professor Dalpian levanta Questão de Ordem para expor seu constrangimento em ter demandada, sem convocação prévia, a presença de um servidor, e solicita à Mesa que tal procedimento não ocorra novamente; 11) o representante discente de graduação, Wesley Guilherme Alves, relata ter enfrentado sérios problemas de acessibilidade em relação aos elevadores da UFABC no *campus* São Bernardo do Campo. Informa que se encontrava no prédio Alfa 2 e, por conta de políticas de redução de gastos, apenas um elevador estava em operação. Entretanto, houve uma falha em tal elevador e nenhum estava funcionando. Ao perceber que não havia elevadores disponíveis, reportou-se a um funcionário terceirizado, que acionou a empresa responsável pela manutenção dos elevadores. Após três horas de tentativas mal sucedidas de contato com servidores da ProAP e com a empresa responsável pela manutenção dos elevadores, relata que houve a necessidade de ser carregado por seguranças até o andar térreo. Aponta que esse problema vem sendo relatado à ProAP há algum tempo, uma vez que deve haver procedimentos claros e eficazes para casos específicos e de emergência. Passa a palavra para a discente Paloma Breit, que lê documento a respeito do ocorrido [cuja íntegra encontra-se no Anexo I desta Ata], e entrega à Mesa um ofício solicitando as adequações necessárias. Professor Klaus explica que a política de acessibilidade da UFABC prevê que seja reservada uma porcentagem de vagas para pessoas com deficiência, porcentagem essa que se eleva a cada ano. Entretanto, os recursos tornam-se cada vez mais escassos. Ressalta que essa questão, muito delicada, em breve deverá ser trazida ao ConsUni para deliberação. Desculpa-se com o discente Wesley pelo ocorrido e informa que já foi solicitado à PU que religasse os elevadores do *campus* São Bernardo do Campo. Nesse momento, conselheiros ressaltam a importância de haver um canal de comunicação eficaz e célere, assim como uma revisão das prioridades institucionais; 12)

o representante discente de graduação, Matheus Ribeiro Cassina, aponta que os problemas em relação à ProAP foram citados em diversas ocasiões e solicita mais enfoque nas ações institucionais, tais como treinamento para os docentes, por parte da área. Professor Klaus aponta que a questão da acessibilidade é bastante complexa e exige toda a atenção da Reitoria e de toda a administração. Ressalta, porém, haver outros fatores que independem dos esforços da ProAP, como a necessária contratação de mais servidores técnico-administrativos, maior disponibilização de recursos financeiros, entre outros. O pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas, Gustavo Galati, compartilha a visão do presidente e acrescenta não ser responsabilidade da ProAP a administração dos ônibus e elevadores. Ainda, presta outros esclarecimentos e coloca-se à disposição dos discentes para debater suas demandas. Por fim, faz um apelo à comunidade para que se dedique às questões de acessibilidade. Finda essa fala, professor Klaus suspende a sessão de informes, esclarecendo que os itens 2, 3 e 4 da Ordem do Dia, por questões legais de prazo, necessitam de deliberação nesta reunião. Desse modo, passa-se à apreciação dos referidos itens na **Ordem do Dia:** Ratificação do relatório de gestão da FUNDEP 2015, Avaliação de desempenho Fundep biênio 2015/2016 e Autorização para recredenciamento da Fundep como fundação de apoio da UFABC. Acerca dos três itens, o relator, professor Annibal, apresenta o parecer da Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA). Em discussão, questiona-se qual o custo do serviço da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) em relação ao valor total executado no período, ao que a demandante, Patrícia Guilhermitti, esclarece que o valor é variável, sendo diferente para cada projeto. Entretanto, pelas normas da UFABC, ele não pode exceder 10% do valor do projeto e não apresenta qualquer custo para a Universidade. Não havendo mais discussões, os três itens são encaminhados, em bloco, para votação e aprovados com 3 abstenções, mantendo-se a proposta feita pela relatoria em indicar, nos próximos relatórios, mais detalhes acerca dos valores para cada instituição. Retomam-se, neste momento, os **informes dos Conselheiros:** 13) a secretária-geral, Soraya, informa que foi solicitado, pelo presidente da Comissão de Relações Internacionais (CRI), professor Carlos Kamienski, a indicação de um representante suplente dos técnicos administrativos para compor a referida Comissão. A indicação deverá ser encaminhada por e-mail à Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral; 14) professor Edson Pimentel menciona haver especificidades em turmas com alunos com deficiência e sugere uma troca de informações entre a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) e a ProAP, de maneira que elas sejam listadas e a informação chegue aos Centros, inclusive, constando quais serão as necessidades a serem atendidas. Professora Paula Tiba informa que essa integração já ocorre e acrescenta que se está trabalhando para alocar as aulas dessas turmas em locais de fácil acesso; 15) a representante dos técnicos administrativos, Roberta Kelly, informa haver sérios problemas de vazamento de água no prédio da Biblioteca, assim como em outros diversos locais da UFABC. Professor Dácio informou que já fora solicitado à empresa responsável pelas obras que restitua, à UFABC, exemplares dos quatro livros danificados por esses vazamentos. A secretária-geral, Soraya, recorda que há uma proposta de Moção que foi apresentada pela conselheira na última sessão e cuja discussão deveria continuar na presente reunião. Roberta, então, apresenta o novo documento, destacando as alterações realizadas. Alguns conselheiros apontam não possuírem profundo conhecimento da proposta, uma vez que o documento não foi encaminhado com antecedência. Professor Vitor observa que, desde o dia 3 de maio (data da última continuação da 1ª sessão ordinária deste Conselho) quando a proposta foi inicialmente apresentada, ocorreram diversas mudanças no cenário político

que podem ter alterado as reivindicações e prioridades sobre as quais a Universidade deve se debruçar. Após esclarecimentos, a área demandante acata a proposta de discutir o assunto na continuação da sessão, entretanto, solicita a todos os interessados que a procurem para discussões sobre alterações na redação. Solicita-se que o documento, após o recebimento de sugestões, seja encaminhado aos conselheiros tão logo quanto possível, para que assim o documento possa ser analisado antecipadamente; 16) professor Márcio Fabiano recorda que, no dia 22 de março, veio a este Conselho para informar que, devido aos cortes orçamentários, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) corria o risco de não ter continuidade. Entretanto, informa que a nova direção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revogou a Portaria que descaracterizava o Programa. Desse modo, anuncia que o PIBID permanecerá como anteriormente; 17) a representante dos técnicos administrativos e servidora lotada na ProAP, Clarissa de Franco, aponta que a ProAP foi citada negativamente em diversos momentos da reunião, entretanto, ressalta que os assuntos tratados são bastante complexos e delicados. Salienta que, por meio da ProAP, são realizadas ações voltadas à saúde física e psicológica da comunidade universitária, assim como tantos outros assuntos de interesse de todos os servidores e alunos. Concorda que críticas devam ser feitas e problemas apontados. Mas, afirma haver empenho, esforço e conquistas da área. Observa ainda, a importância de que as críticas sejam acompanhadas de propostas de melhorias nos processos. Professor Klaus corrobora com as ponderações da conselheira e acrescenta haver um constante trabalho em busca de aprimoramento; 18) a representante discente de graduação, Tatyane Estrela, passa a palavra para o discente Carlos Eduardo Machado que informa que sua presença e de alguns outros discentes nesta reunião tinha com o intuito de solicitar que o item 5 da Ordem do Dia, “Proposta orçamentária 2017”, não fosse deliberado nesta reunião, uma vez que haverá, em dois dias, uma reunião entre discentes e Reitoria com o objetivo de tratar do orçamento da UFABC de 2016. Ainda, critica o fato de sua fala ter sido deixada para o final da reunião. Professor Klaus informa que já tinha conhecimento de que esse assunto não seria deliberado nesta reunião, por conta do teor e da quantidade de assuntos que o antecediam na pauta. A secretária-geral, Soraya, esclarece que, em relação à ordem das falas, é ela quem anota as inscrições e que, no caso dos discentes, havia diversas inscrições repetidas para falas de alunos que não são conselheiros e por isso a ordem não estava clara. **Ordem do dia.** Ata da I sessão ordinária de 2015, realizada nos dias 22 e 29 de março, 19 de abril e 3 de maio de 2016. Ata da I sessão ordinária de 2015, realizada nos dias 22 e 29 de março, 19 de abril e 3 de maio de 2016. São solicitadas correções ortográficas que são acatadas. Após votação, o documento é aprovado com 2 abstenções. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h13. ----------

Aos 5 dias do mês de julho do ano de 2016, no horário das 14h , na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realiza-se a continuação da II sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);

Annibal Hetem Junior, diretor do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Gabriela Spanghero Lotta, representante docente do CECS; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC; Marcela Bermúdez Echeverry, representante suplente docente do CMCC; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Marcella Pecora Milazzotto, representante suplente docente do CCNH; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Paula Rondinelli, representante suplente dos técnicos administrativos; Regina Helena de Oliveira Lino Franchi, representante suplente docente do CMCC; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Vivilí Maria Silva Gomes, representante suplente docente do CMCC; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC e Wesley Guilherme Alves, representante suplente discente de graduação. **Ausências justificadas**: Marta Oliveira Rodrigues, representante dos técnicos administrativos. **Ausentes:** Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Igor Fuser, representante docente do CECS; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; Matheus Cassina Ribeiro, representante discente de graduação; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação e Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação. **Não votantes**: Eduardo Lagroteria dos Santos, discente de graduação; Kaio Barbosa Laurentino, discente do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Leonardo Lira Lima, servidor técnico administrativo e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio Administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h19, dando as boas vindas aos conselheiros e informando que há assuntos remanescentes da reunião passada e a Mesa se comprometeu a abordá-los. Contudo, é necessário tratar o item "Proposta Orçamentária" constante da Ordem do Dia, nesta reunião. Desse modo, informa que a reunião será iniciada com a deliberação desse assunto e após segue-se aos itens remanescentes. Antes do início da deliberação desse assunto, professor Ronei Miotto levanta questão de ordem com relação à inclusão de assuntos nas pautas desse Conselho; sugere que sejam considerados assuntos sem vinculação, a princípio, aos Atos do Conselho, tendo em vista que percebe no momento dos Informes, discussões em torno de questões que não figuraram previamente em pauta, o que, em sua opinião, prejudica o andamento das discussões. Sugere que para as próximas reuniões seja considerada a possibilidade de inclusão de assuntos no Expediente ou Ordem do Dia, sem a vinculação inicial aos atos dos Conselhos. Professor Klaus agradece a sugestão do conselheiro e acrescenta que

considera necessário o espaço para essas questões, mas observa, por outro lado, que há assuntos prementes que não podem esperar para serem avaliados e aprovados por este Conselho. Informa que a questão vem sendo pensada, se possível para a próxima sessão, com base, ao mesmo tempo, na abertura do espaço para a comunidade manifestar-se, mas de modo tal que não prejudique a agilidade de suas deliberações. **Ordem do dia:** Proposta orçamentária 2017. Professor Júlio Facó apresenta relatoria da CANOA, ressaltando haver uma sugestão de Moção de Preocupação direcionada ao Ministério da Educação (MEC), relacionada aos sucessivos cortes orçamentários que a UFABC vem sofrendo, além de uma sugestão para que se aperfeiçoem os mecanismos de transparência e participação dos processos não só de elaboração, mas também de execução orçamentária na UFABC. Por fim, informa que a referida Comissão posicionou-se favorável à aprovação da proposta. A secretária-geral, Soraya, faz a leitura da minuta de Moção [cuja íntegra encontra-se no Anexo II desta Ata]. Em discussão há questionamentos sobre as variações de custeio, valores de referência e valores solicitados e sugestão para que as próximas planilhas de propostas orçamentárias venham acompanhadas das seguintes informações: a) percentual de variações; b) detalhes de investimentos e, c) destaques explicativos das variações. Os esclarecimentos foram prestados pelas áreas citadas, sem propostas de alteração de valores. Conselheiros e representantes de entidades corroboram com a proposta de aumentar a transparência e do aumento da representatividade nos processos de elaboração e execução do orçamento. Menciona-se a importância de melhorar os canais de comunicação, como audiências públicas, vídeo-aulas, cursos de capacitação, entre outros. Professor Klaus cita algumas inovações, como o Boletim Orçamentário, complementa que as melhorias continuarão e solicita às áreas demandantes que acolham as sugestões. Os diretores dos Centros mostraram-se favoráveis a melhorias de alguns pontos com relação às questões orçamentárias: a) estabelecimento de um mecanismo de transparência do orçamento no momento em que há o retorno, com cortes, ou seja, na execução do orçamento propriamente dito; b) detalhamento mais minucioso das informações constantes do orçamento. O relator discorda da menção da falta de transparência mencionada pelos conselheiros com relação à execução orçamentária, uma vez que os documentos são todos públicos e estão disponíveis a todos que tiverem interesse em se aprofundar no assunto; considera possível obter processos de melhorias, inclusive na representação nas Instâncias; ressalta que os orçamentos estão nas mãos não somente da universidade, mas principalmente nas dos governantes eleitos. Considera ainda a importância de todos os envolvidos apropriarem-se desse complexo processo. Professor Vitor alerta que essa é uma proposta, levada ao MEC, das demandas da UFABC e que há um período de um debate técnico e político acerca desse orçamento; exemplifica com os recursos do PNAES como sendo uma rubrica carimbada e destinada à assistência estudantil e quando há discussão sobre a real autonomia da universidade, afirma que essa é bastante limitada principalmente porque há muitas rubricas que carimbam recursos do Governo Federal, como o exemplo citado, e, durante a execução do orçamento ao longo do ano, não há sequer garantia de que serão totalmente contingenciados. Informa que tem trabalhado no sentido de construir mecanismos de participação e transparência dessas informações. Menciona o Boletim Orçamentário que contém muitas das informações e que pode ser acessado na página da ProPlaDI. Informações como empenho de gastos básicos, como água e energia elétrica, antes poderiam ser acompanhados apenas por meio do Relatório de Gestão. Menciona ainda o compromisso da Propladi de irem até as instâncias como CG, CPG, Conselhos de Centro para apresentarem o funcionamento da Matriz OCC na

ANDIFES, já que ela é um dos mecanismos que o MEC se utiliza para a distribuição orçamentária entre as universidades federais. São prestados outros esclarecimentos e professor Júlio Facó propõe que haja uma reunião da Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA) para discutir a necessidade do aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e participação nos processos de elaboração e execução orçamentária, pois lá é o fórum adequado para isso, ao que há concordância por parte da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI). Professor Edson Pimentel solicita que, para o próximo ano, a proposta seja apresentada juntamente com uma tabela que traga as seguintes informações: percentuais de variação com destaques dessas variações, detalhes de investimentos, definir junto aos alunos os canais mais adequados para o acesso a essas informações. Findas as discussões, a proposta orçamentária 2017 é encaminhada para votação e aprovada com 27 votos favoráveis, 1 voto contrário e 2 abstenções. A Moção é encaminhada para votação e aprovada com 27 votos favoráveis e 4 abstenções. Professor Ronei questiona se a Mesa acata a sugestão para haver o debate do assunto na CANOA, ao que é acatado pelo presidente do Conselho. Patrícia Guilhermitti, representante dos técnicos administrativos, retoma o assunto apresentado na última reunião deste Conselho pelo técnico-administrativo Ronny Matos no tocante à proposta de Recomendação à SuGePe. Apresenta a proposta mostrando detalhes das normativas que norteiam o processo de progressão por mérito dos servidores técnico-administrativos, salienta que os únicos requisitos necessários são os 18 meses completos de efetivo exercício e duas avaliações de desempenho finalizadas. Exibe uma planilha para demonstrar que, uma a cada duas progressões, é necessário que a SuGePe utilize uma mesma avaliação. Finaliza propondo ao Conselho que solicite à SuGePe revisar seus procedimentos e regularizar os pagamentos atrasados, quando houver. Em discussão, são sugeridas alterações no texto. Professor Dácio propõe que a recomendação seja para que a SuGePe revise a Resolução ConsUni n°13, que Regulamenta o Programa de avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos da UFABC. Proposta é corroborada por diversos conselheiros. Professor Klaus informa que já foi solicitado à SuGePe que apresente uma proposta de revisão desta Resolução na próxima sessão ordinária deste Conselho, assim como também determinou à Mesa de negociações que, junto ao Sindicato, debata esse assunto. Patrícia comenta o parecer da Procuradoria e aponta que concorda com a solicitação de revisar a Resolução, entretanto, ainda é necessário que os pagamentos atrasados sejam regularizados imediatamente, evitando-se mais prejuízos. Após discussões, esclarecimentos e propostas de alteração, acorda-se que o encaminhamento deve ser a votação de uma recomendação para que a SuGePe realize a revisão da Resolução ConsUni n°13, e, em seguida, a deliberação da questão dos pagamentos atrasados. Proposta de Recomendação é encaminhada para votação e aprovada com 1 voto contrário. O Conselho passa a discutir como deverá ser encaminhado à SuGePe que regularize os pagamentos. Questiona-se a legalidade do procedimento atual adotado pela área, ao que professor Klaus esclarece que, segundo o parecer da Procuradoria tem-se estado dentro da legalidade. Após discussões quanto ao texto e a questões procedimentais, professor André Eterovic propõe que a recomendação seja retirada de pauta e retorne no formato de uma resolução. Proposta secundada. Após esclarecimentos sobre qual tipo de documento seria o ideal para esse encaminhamento, decide-se pela propositura de uma recomendação. Em votação, o documento é aprovado com 1 voto contrário e 5 abstenções. Professor André Eterovic justifica sua abstenção em razão de ter sido ele o proponente da retirada do assunto de pauta. Professora Paula Tiba solicita a

palavra, afirmando haver uma solicitação de resposta a um informe realizado na reunião anterior. Passa a palavra para a coordenadora dos Laboratórios Didáticos Úmidos, Danielle Gonzales, que lê um comunicado escrito pela Coordenação de Laboratórios Didáticos (CLD) [cuja íntegra encontra-se no Anexo III desta Ata] em resposta ao informe. Finda a leitura, professora Paula compromete-se a rever os procedimentos e divulgá-los à comunidade. Após questionamento, professor Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto de graduação, esclarece que a CLD é uma Divisão da Pró-Reitoria de Graduação e não um órgão colegiado. Finda a discussão, professor Klaus explica que o próximo assunto da pauta seria a "Minuta de resolução que revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 116, que aprovou a reestruturação e alteração do nome do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) para Agência de Inovação da UFABC". Esclarece que a área demandante solicitou que o assunto permanecesse na Ordem do Dia da próxima reunião, uma vez que tanto os proponentes quanto o relator participam, neste momento, de um evento científico. Nesse momento, a representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, levanta Questão de Ordem, uma vez que há um ponto remanescente da última reunião que ainda não foi discutido. Afirma tratar-se da Moção de Repúdio ao Projeto de Lei Complementar 257/2016 e à Proposta de Emenda Constitucional 241/2016. Professor Klaus expõe que a demandante desse assunto é a conselheira Roberta Kelly que não está presente. Maria Isabel esclarece que tanto a conselheira Roberta, quanto sua suplente, Marta, encontram-se em período de férias e, deste modo, não podem atuar no Conselho. Porém, solicitaram a um servidor que viesse representá-las nesse assunto. Passa a palavra a Leonardo Lira Lima, que acredita que a Moção deva ser não de Repúdio, mas de preocupação. Lê o documento reformulado [cuja íntegra encontra-se no Anexo IV desta Ata]. Em Discussão, argumentam ser necessário que o documento seja mais enxuto e melhor redigido. Questiona-se ainda se o documento tem validade, uma vez que há uma renegociação das dívidas dos estados para com a União, havendo uma nova conjuntura. Com a palavra, Leonardo concorda com a simplificação do documento e necessidade de mais análise, mas salienta a necessidade de um posicionamento, uma vez que tanto o PLP quanto a PEC são muito perigosos para a Educação e para os serviços públicos. Acredita que um posicionamento sobre o PLP 257/2016 seja válido, uma vez que ele altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo impacto em todas as esferas da Administração Pública. Professor Klaus recomenda ao Leonardo que o documento seja revisado e encaminhado à Secretaria-Geral com antecedência, de modo que os conselheiros possam se debruçar sobre a proposta. A secretária-geral, Soraya, esclarece que a conselheira Roberta encaminhou um e-mail informando que não recebeu qualquer proposta de aprimoramento da redação por parte dos conselheiros, o que havia sido consensuado na reunião anterior. A proposta é retirada de pauta, mas argumenta-se que o documento já está sendo discutido pela terceira vez, de forma que todos já deveriam ter se debruçado sobre seu conteúdo, mesmo que a versão final não tenha sido encaminhada com a devida antecedência. Ainda, expõe-se que a omissão do ConsUni a esse respeito é uma posição política, que não se coloca ao lado dos servidores públicos e dos serviços essenciais. Nesse momento, professor Mauro compromete-se a contribuir com melhorias na redação. Não havendo mais inscritos, professor Klaus repassa as duas propostas de encaminhamento: 1) revisão do texto para deliberação na próxima reunião e 2) retirada de pauta. Em votação, a proposta "1" é aprovada com 17 votos favoráveis, 5 votos favoráveis à proposta "2" e 5 abstenções. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h08. --- Aos 26 dias do mês de julho do ano de 2016, no horário das 14h, na sala dos Conselhos,

Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da II sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Alda Maria Napolitano Sanches, pró-reitora adjunta de planejamento e desenvolvimento institucional; Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do CMCC; Annibal Hetem Junior, diretor do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Gabriela Spanghero Lotta, representante docente do CECS; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luiz Carlos Rozante, representante docente do CMCC; Marcela Bermúdez Echeverry, representante suplente docente do CMCC; Marcela Sorelli Ramos, pró-reitora de pesquisa; Marcelo Augusto Leigui de Oliveira, representante suplente docente do CCNH; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Marta Oliveira Rodrigues, representante dos técnicos administrativos; Matheus Cassina Ribeiro, representante discente de graduação; Muryatan Santana Barbosa, representante suplente docente do CECS; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Paula Homem de Mello, vice-diretora do CCNH; Paula Rondinelli, representante suplente dos técnicos administrativos; Raquel de Almeida Ribeiro, representante suplente docente do CCNH; Regina Helena de Oliveira Lino Franchi, representante suplente docente do CMCC; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Sandra Irene Momm Schult, representante suplente docente do CECS; Tatyane Estrela; representante discente de graduação; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC. **Ausências justificadas**: Não há. **Ausentes:** João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; Lucas Becker, representante discente de graduação; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação e Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação. **Não votantes**: Anapatrícia de Oliveira Morales Vilha, coordenadora da Agência de Inovação da UFABC (InovaUFABC); Fabiane de Oliveira Alves, substituta oficial da secretária-geral; Fernando Costa Mattos, docente e Wagner Alves Carvalho, representante suplente docente do CCNH. **Apoio administrativo**: Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h08, solicitando aos conselheiros que sejam concisos e objetivos em suas intervenções, uma vez que esta é a segunda continuação da II sessão ordinária e ainda há diversos pontos de pauta. Ainda, menciona necessária a discussão de um assunto remanescente da primeira parte da sessão, a Moção de Repúdio à Proposta de Emenda Constitucional 241/2016. Porém, não estando os

proponentes presentes, prossegue à discussão pauta. **Ordem do dia.** Minuta de resolução que revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 116, que aprovou a reestruturação e alteração do nome do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) para Agência de Inovação da UFABC. Professor Wagner Carvalho relata o histórico das discussões acerca do assunto e ressalta a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, informando que o documento proposto a ela se adequa. Finaliza sua relatoria, emitindo parecer favorável à aprovação da minuta. Professora Anapatrícia, demandante do assunto, complementa, informando que a Agência de Inovação passou por um período de incubação na Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) e que, neste momento, está apta a dela se desvincular. Ressalta, ainda, o novo caráter do Conselho Técnico Cientifico (CTC), que passa a ser deliberativo e não mais somente consultivo. Em discussão, realizam-se diversos questionamentos e esclarecimentos. Ainda, são elencadas as seguintes propostas de alteração: a) exclusão dos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII do Art. 2º - proposta acatada pela área demandante; b) alteração da ordem dos incisos do Art. 2º - proposta acatada pela área demandante; c) alteração da redação do Art. 3º, conforme: "O Conselho Técnico e Científico – CTC deverá analisar e aprovar o regimento interno da Agência de Inovação da UFABC, como também seu organograma." - proposta acatada pela área demandante; d) inclusão de Art. que elenque as competências do CTC, conforme o Art. 9º do Anexo da Resolução ConsUni nº 116 - proposta acatada pela área demandante; e e) inclusão de Art. que determine a composição do CTC, conforme o Art. 8º do Anexo da Resolução ConsUni nº 116 - proposta acatada pela área demandante. Quanto à composição do Conselho, estabelecida pelo Art. a ser incluído, realizam-se as seguintes propostas: 1) alteração do *caput*, de modo que a redação passe a ser: "O Conselho Técnico-Científico (CTC) é o órgão de apoio deliberativo da Agência de Inovação, com a seguinte composição:" - proposta acatada pela área demandante; 2) alteração das nomenclaturas "coordenador" e "vice-coordenador" da Agência de Inovação para "diretor" e "diretor adjunto" – proposta consensuada entre o conselho e a área demandante; 3) exclusão do inciso II, que dispõe que farão parte do Conselho os coordenadores de cada Divisão Técnica da Agência de Inovação - proposta não acatada pela área demandante; 4) delimitação, no inciso II, da participação de 4 coordenadores das Divisões Técnicas da Agência de Inovação na composição do CTC. A área demandante não acata a proposta, optando pela manutenção da participação de 6 representantes das Divisões. Em votação, a delimitação é aprovada com 15 votos favoráveis, 10 votos favoráveis aos 6 representantes das Divisões Técnicas e 6 abstenções; 5) alteração da redação do inciso V para: "um representante indicado pela Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad)" – proposta consensuada entre o Conselho e a área demandante; 6) inclusão do inciso VII, com a seguinte redação: "um representante indicado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes)" – proposta consensuada entre o Conselho e a área demandante. Propõe-se, ainda, a retirada do documento de pauta. Em votação, a proposta não é aprovada com 5 votos favoráveis, 23 contrários e 3 abstenções. Findas as manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 2 votos contrários e 6 abstenções. Apreciação do Regimento Interno das Comissões Disciplinares Discentes. Professor Arnaldo informa que a relatora do item, professora Marcela Sorelli não pôde comparecer à reunião e solicitou que ele a representasse e apresentasse seu relato. Então, prossegue à leitura da relatoria, que propõe as seguintes alterações: 1) no Art. 2º, onde se lê: "[...] Pós-Graduação e Extensão e Cultura, após chamada pública à comunidade e consulta às respectivas comissões deliberativas, para

mandatos de dois anos, permitida uma única recondução.", leia-se "[...] Pós-graduação e Extensão e Cultura, após consulta à comunidade via processo eleitoral, para mandatos de dois anos, permitida uma única recondução."; 2) no Art. 5º, inclusão da seguinte alínea "g) comunicar regularmente à comunidade o endereço eletrônico e as funções da CDD"; 3) no Art. 5º, inclusão da seguinte alínea: "h) garantir que a comunidade tenha conhecimento da existência da CDD, através da divulgação frequente do endereço eletrônico e das funções da mesma"; 4) no Art. 10., onde se lê: "As deliberações das CDD serão encaminhadas ao respectivo pró-reitor, a quem caberá a decisão final sobre o processo", leia-se: "As deliberações das CDD serão levadas a efeito pelo respectivo pró-reitor, a quem caberá publicar portaria com a decisão final sobre o processo" e 5) no Art. 17., incisos X e XI, respectivamente, onde se lê: "X. Decisão final do pró-reitor;" e "XI. Aplicação da sanção, quando cabível, por meio de Portaria da Pró-Reitoria.", leia-se: "X. Decisão final da Comissão e encaminhamento para aplicação de sansão e publicização pelo pró-reitor." e "XI. Aplicação da sanção, quando cabível, por meio de Portaria da Pró-Reitoria." Finda a relatoria, abre-se à palavra. Em discussão, são realizadas as seguintes propostas: a) alteração do Art. 2º, conforme: "As Comissões Disciplinares Discentes da UFABC serão compostas cada uma por no mínimo três membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos, em proporção paritária, entre docentes, técnicos administrativos e discentes. § 1º Docentes e técnicos serão indicados pelos Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação e Extensão e Cultura, que deverão garantir a equidade de gênero na escolha, para mandatos de dois anos, permitida uma única recondução. § 2º Discentes serão eleitos pela comunidade para mandato de um ano, permitida uma única recondução." – proposta acatada pelo proponente; b) no Art. 27º, inserção de um novo parágrafo que garanta aos alunos que serão ouvidos no mesmo turno em que estão matriculados, de modo a não prejudicar os alunos que trabalham e não podem comparecer à Universidade em período comercial. – proposta acatada pelo proponente; c) inserção, no Art. 2º, de trecho que disponha que "no caso de ausência de candidato discente, o pró-reitor realizará a indicação. Após reflexão de que tal menção não é necessária, uma vez que se trata de um caso omisso e ainda, argumentações contrárias ao disposto, realiza-se proposta alternativa de redação ao trecho: "caso não haja candidatos inscritos no processo eleitoral, os membros da CDD discentes serão indicados pelas suas representações no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão" – proposta acatada pela relatoria. Não havendo mais inscritos, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 1 abstenção. Nesse momento, professor Dalpian solicita inversão de item da pauta de modo que o relator, professor Fernando Mattos apresente seu parecer. Não havendo manifestações contrárias, a solicitação é acatada. Proposta de resolução que estabelece o fluxo de apresentação e aprovação das propostas de novos programas de pós-graduação. Professor Dalpian apresenta o assunto, informando surgir de uma demanda do ConsUni, e passa a palavra a professor Fernando Mattos, relator do assunto na Comissão de Pós-Graduação (CPG), que elenca as propostas e sugestões da relatoria: a) sugestão àquela instância que discuta a pertinência de manutenção do inciso IV do Art. 2º e b) inclusão de um parágrafo no Art. 1º que normatize as apresentações de propostas à CPG. Finaliza sua relatoria, emitindo parecer favorável à aprovação do documento. Em discussão, são realizadas as seguintes propostas: I) alteração da redação do inciso I do Art. 2º para "A ProPG publicará anualmente edital para recepção de novos programas.", uma vez que o processo de criação das Licenciaturas Interdisciplinares mostrou-se transparente e idôneo – acatado pela área demandante; II) supressão, no inciso II do Art. 2°, do trecho "[...] uma comissão de apoio específica poderá ser instituída para este fim

pela ProPG." – a área demandante acata a supressão do trecho, substituindo-o por um novo inciso, com a seguinte redação: "Uma comissão de apoio não deliberativa será instituída para esse fim pela ProPG."; III) no inciso IV do Art. 2º, supressão da possibilidade de haver parecerista externo para proposta. Após debate, a proposta é secundada. Em votação, a Mesa questiona os favoráveis à possibilidade de solicitação de parecer externo e contabilizam-se 8 votos. Então, a Mesa solicita manifestação dos contrários e contabilizam-se 13 votos. Há, ainda, 9 abstenções, sendo a proposta de supressão da possibilidade de solicitação de parecer externo aprovada. Após a votação, entretanto, alguns conselheiros demonstram interpretações diversas sobre o que acaba de ser votado. É esclarecido pela Mesa e pela área demandante que o objetivo da votação foi suprimir do documento a especificação dos casos em que a CPG poderia solicitar parecer externo, não proibir que ela o faça. Após esclarecimentos e discussões, verifica-se que ainda existem dúvidas quanto à proposta e sugere-se a elaboração de nova redação para o inciso ou, então, sua supressão. Em votação, a supressão do inciso é aprovada com 25 votos favoráveis, 1 contrário e 6 abstenções e IV) alteração, no inciso V do Art. 2°, do termo "programa" pelo termo "proposta" – acatado pela área demandante. Findas as discussões e não havendo mais manifestações, o documento alterado é encaminhado para votação e aprovado com 2 votos contrários. Minuta de Resolução que institui política de estímulo à qualificação no exterior de servidores técnico-administrativos da UFABC. Professor Carlos Kamienski realiza a relatoria. Após alguns questionamentos e seus respectivos esclarecimentos, o documento, sem alterações, é encaminhado para votação e aprovado com 1 abstenção. Alteração da resolução de criação da Comissão de Relações Internacionais. Após a relatoria realizada por professor Kamienski, não há manifestações dos conselheiros. O documento é, então, encaminhado para votação e aprovado com 2 abstenções. Minuta de resolução que revoga e substitui as Resoluções ConsUni nº 45 e nº 81, que, respectivamente, instituiu o Comitê de Extensão Universitária (CEU) da UFABC e que alterou composição do Comitê de Extensão Universitária (CEU) da UFABC. Professor Daniel Pansarelli realiza a relatoria do item, ressaltando suas principais alterações: I) inclusão no documento dos aspectos relacionados à Cultura, uma vez que se tornaram necessários após a alteração do nome da Pró-Reitoria; II) explicitação das ações de extensão e cultura; III) definição de uma composição mais participativa, com inclusão de um representante da Pró-Reitoria de Graduação e, ainda, dos pró-reitores adjuntos; IV) alteração da periodicidade das reuniões, que passarão a ser bimestrais; e V) supressão do voto de qualidade do presidente, cabendo a ele, apenas, o voto de minerva. Após a relatoria, propõem-se mandatos de apenas um ano para os representantes discentes. Proposta acatada. Ainda, sugere-se que, quando definindo a composição do Comitê, especifique-se que os membros da comunidade devem ser da comunidade externa à UFABC. Proposta acatada pela área demandante. Não havendo mais manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 1 abstenção. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 17h36. ----------

Aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2016, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da II sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alda Maria

Napolitano Sanchez, pró-reitora adjunta de planejamento e desenvolvimento institucional; Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor adjunto de pós-graduação; André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Junior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Evonir Albrecht, representante docente do CECS; Fernando Costa Mattos, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; José Carlos Dugo, pró-reitor adjunto de administração; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Mauricio Firmino Silva Lima, representante suplente docente do CMCC; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Nunzio Marco Torrisi, representante docente do CMCC; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Roberta Kelly Amorim de França, representante suplente dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Sandra Irene Momm Schult, representante docente do CECS; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional e Vladimir Perchine, representante docente do CMCC. **Ausências justificadas**: José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH. **Ausentes:** Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Gabriela Spanghero Lotta, representante docente do CECS; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; Lucas Becker, representante discente de graduação; Matheus Cassina Ribeiro; representante discente de graduação; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação e Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação. **Não votantes**: Lúcia Regina Horta Rodrigues Franco, coordenadora do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) da UFABC, e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos, Natália Paranhos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h19, informando que os serviços de copeiragem não mais serão realizados durante as sessões dos Conselhos Superiores, como medida de redução de gastos. Acrescenta que café e água serão disponibilizados, mas os conselheiros deverão ir até as mesas dispostas em ambos os lados da sala para servirem-se. Informa, ainda, sobre a nomeação de professor Fernando Costa Mattos como pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas. Após esclarecimentos, a nomeação do professor Fernando Costa Mattos é considerada homologada pelo ConsUni. A representante dos técnicos administrativos, Roberta Kelly, levanta Questão de Ordem, indagando sobre a possibilidade de apresentação e apreciação da Moção relacionada à Proposta de Emenda a Constituição (PEC) nº 241/2016 e ao Projeto de Lei Complementar nº 257/2016, conforme havia sido acordado anteriormente. Professor

Klaus informa que a palavra foi aberta para a discussão do assunto na última reunião do ConsUni, entretanto, não havia representantes dos demandantes para apresentar o documento. Passa a palavra à secretária-geral, Soraya Cordeiro, que presta outros esclarecimentos acerca do andamento das reuniões e informa que o documento atualizado foi encaminhado pela Secretaria-Geral aos conselheiros. Roberta, então, questiona se o documento poderá ser apresentado ao final da reunião, ao que professor Klaus informa que a Moção deverá ser encaminhada novamente, de modo a ser apresentada na próxima sessão ordinária ou em continuação desta reunião. Roberta, então, manifesta-se contrariamente à decisão da Presidência e solicita que se registre que diversos conselheiros, dentre os quais pró-reitores, representantes da Gestão e, especificamente, professor Vitor Marchetti, comprometeram-se a contribuir com a formulação de uma nova redação melhorada. Acrescenta que tal contribuição nunca ocorreu e que, ao contrário, as discussões acerca do documento foram deliberadamente postergadas. Registra preocupação e repúdio a tais atitudes e acontecimentos, em nome dos técnicos administrativos. Professor Vitor informa ter trocado mensagens com o servidor Leonardo Lira, sugerindo ajustes no texto, conforme firmado com os demandantes. **Expediente.** Minuta de Resolução que dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) na UFABC e dá outras providências. Professor Ronei Miotto faz seu relato apresentando o assunto e discorrendo acerca das características da proposta. Explica que a criação desta comissão é necessária porque existem documentos que necessitam de cuidados especiais, para os quais ainda não há procedimentos adequados e acrescenta tratar-se de uma demanda dos técnicos administrativos do CCNH. Após discussões, conselheiros mostram-se favoráveis à criação da CPAD. Entretanto, sugerem que a presidência seja exercida por um servidor arquivista, e não pelo vice-reitor, como proposto pela área demandante, por trata-se de um assunto essencialmente técnico. Professor Ronei esclarece que as decisões da comissão terão impactos em toda a Universidade e, portanto, suas ações não se restringem a área técnica, mas são também políticas. Ainda assim, conselheiros mantêm a proposta. É questionada a disponibilidade de recursos e servidores para o realizarem os trabalhos e a área demandante informa que somente será possível realizar o dimensionamento após a criação da comissão e enfatiza que seu trabalho não será operacional, mas sim o de guiar as ações da Universidade para atender as demandas existentes. Questiona-se qual é o funcionamento de comissões desta natureza em outras universidades, ao que é esclarecido que são diversos, assim como suas composições, porém, em geral, contam com membros técnicos para conduzir as decisões e devem, necessariamente, ser cadastradas no MEC. Conselheira Maria Elisa, representante da comunidade civil, informa que vivenciou uma situação no Hospital Estadual Mário Covas, onde atua na Diretoria, que pode ser usada analogamente para resolver as questões apresentadas. Relata que foi necessário encontrar uma solução para o armazenamento adequado de prontuários e, após estudos, verificou-se que a melhor maneira seria a terceirização. A área demandante agradece e informa que a criação da comissão não impede uma ação como esta. Professor Dácio relata as ações do Comitê de Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e estabelece alguns paralelos que poderiam ser considerados para a composição da CPAD. Ademais, sugere-se que, considerando-se o parecer da Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP), seja acrescentado no Art. 2°, que trata da composição da CPAD, um representante técnico-administrativo da área que terá seu documento analisado. Sugere-se, ainda, que os documentos sejam digitalizados e, ainda, que o Art. 4°, que dispõe sobre as atribuições da Comissão, seja incorporado ao Art. 1°, visto que tratam do mesmo assunto. A área demandante esclarece

que a existência do Art. 4° tem o objetivo de reforçar a necessidade de divulgação acerca dos documentos que serão e poderia constar no regimento próprio da Comissão. Esclarece, ainda, em relação à sugestão de digitalização dos documentos, que não são todos que podem ter esse tratamento, alguns devem ser arquivados fisicamente. Aponta, ainda, que a sugestão dada de inclusão de um representante da área, no Art. 2°, está contemplada nas sugestões dadas pelo vice-presidente, corroborando-as. São realizadas discussões acerca da presidência da CPAD e prestados outros esclarecimentos. Findos os questionamentos e sugestões o assunto retornará na Ordem do Dia na próxima sessão ordinária. Minuta de resolução que estabelece as competências do Núcleo de Tecnologias Educacionais da UFABC. Professora Lúcia Franco relata histórico da criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) desde o início das discussões no Ministério da Educação em 1999 até a presente data. Informa que, entre os anos de 2009 e 2010, a UFABC aderiu ao programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, em 2015, foi efetivamente criado o NTE na UFABC. Como incentivo o MEC forneceu quatro vagas de docentes e duas vagas de técnicos administrativos para a UFABC, além de equipamentos para o funcionamento do NTE, como computadores, lousa digital, um automóvel, entre outros materiais. Acrescenta que o que se espera do NTE é um misto de cursos à distância e cursos presenciais nos polos. Quanto aos recursos para as ações do NTE, informa que vêm sendo fornecidos, em sua maioria, pela parceria entre Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o programa UAB. Professor Klaus agradece professora Lúcia pelo trabalho dedicado ao Ensino â Distância (EaD). Em discussão, são realizados os seguintes questionamentos: a) se há, realmente, a necessidade de se estabelecer vínculo com o programa UAB, conforme disposto no Art. 4º - é esclarecido que o vínculo com a UAB é necessário para não haver divergências na gestão, sendo que o coordenador da UAB é um docente da UFABC nomeado pela Reitoria; b) se as vagas de docentes mencionadas no §2º do Art. 5º já fazem parte do Quadro de Pessoal da UFABC – afirma-se que as vagas citadas no documento já estão no Quadro da UFABC, tendo sido realizado concurso específico para o docente atuar nessas funções. Porém, esses docentes não podem ser lotados no NTE, somente vinculados a ele; c) qual a lotação desses docentes – a área demandante informa que, atualmente, há três docentes lotados no CMCC e um no CECS; d) como foram estabelecidas as porcentagens mencionadas para liberação de carga didática - é esclarecido que as funções de coordenador, vice-coordenador e dos docentes vinculados ao NTE são extremamente complexas e demandam muito tempo. Ainda, quanto maior a sua dedicação às disciplinas presenciais tradicionais, menor seu tempo de dedicação ao NTE e o que se espera é que esses docentes trabalhem em conjunto com os demais docentes para se ter disciplinas semipresencias prontas com qualidade. Ainda em discussão são realizadas as seguintes propostas de alteração: a) inclusão de um representante discente indicado pelo ConsEPE no Conselho Técnico Científico do NTE (CTC-NTE); b) alteração da ementa da Resolução, uma vez que o documento não trata apenas das competências do NTE; c) que o texto da Resolução seja mais enxuto, retirando-se alguns dispostos, que poderão figurar o Regimento Interno do Núcleo, além da revisão do texto para maior clareza; d) retirada dos dispostos que tratam de dispensa de carga didática, uma vez que já existe uma norma vigente que se refere a esse assunto; e) inclusão de um representante da Biblioteca no CTC-NTE; f) inclusão de um inciso no Art. 7º mencionando o auxílio ou subsídio para a elaboração de material acessível para o Núcleo de Acessibilidade; g) no §1º do Art. 4º incluir o texto “[...] (UAB) ou outro programa que venha a substituir [...]”; h) alteração do nome do CTC para “Conselho Educacional Técnico Científico”; i) exclusão do Art. 5º; j)

exclusão do Art. 11.; k) incluir que as vagas mencionadas no Art. 5º devem ser nomeadas por portaria da Reitoria, tendo o seu vínculo com o NTE explicitado; l) que o enquadramento dessas vagas seja por portaria da Reitoria, estando assim contempladas pelas normas vigentes de dispensa de carga didática. Findas as discussões o assunto irá para a Ordem do Dia da próxima sessão ordinária. Proposta de resolução que regulamenta a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Professor Alexandre Kihara realiza o relato do item, informando que os cursos de pós-graduação *lato sensu*, abrangem Especializações e Aperfeiçoamentos. Ainda, afirma não haver qualquer normativa interna que regulamente a criação de tais cursos. Explica que, de acordo com a proposta que está sendo apresentada, há sugestão de criação da Comissão de Pós-Graduação *lato sensu* (CPLS), que avaliaria a pertinência da criação de cursos, após deliberação em outros colegiados. Passa a elencar os membros da CPLS e outros pontos centrais da minuta. Aberta a palavra, são realizados os seguintes questionamentos, ponderações e sugestões: 1) é solicitado que a intervenção da representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, conste na íntegra: *"Eu acho que antes de a gente discutir regulamentos e fluxos para a criação de novos cursos, tem uma questão da qual a nossa Instituição sempre foi alvo de muito estranhamento, para falar o mínimo, de por que cursos de aperfeiçoamento e especialização, que são pós-graduação, e eu digo alvo de estranhamento pelas nossas instituições pares, que são as universidades públicas federais, por que esses cursos não estão na pós-graduação? Por que até hoje esses cursos estavam presentes na Pró-Reitoria de Extensão? E na verdade, o fluxo, principalmente o que vem proposto aqui, no Art. 6º e no Art. 7º piora isso. Porque, principalmente o Art. 6º, ele coloca quatro setores, três que hoje não têm nenhum caráter de gestão acadêmica, como possíveis locais de onde venham propostas de cursos de pós-graduação e o parágrafo único diz que estes setores vão ser responsáveis pelo apoio administrativo e acadêmico desses cursos. Agora, qual a pertinência, qual a relevância e qual o interesse desta Instituição em replicar estruturas de apoio acadêmico e de gestão acadêmica em setores como Assessoria de Relações Internacionais (ARI), Núcleo de Tecnologias Educacionais, Agência de Inovação (InovaUFABC). Eu realmente, assim... quando eu vi que as instituições vinham rediscutindo a criação de cursos de pós-graduação 'lato sensu' na Universidade, eu estava entendendo que nós pretendíamos profissionalizar e dar o caráter que esses cursos efetivamente têm, de pós-graduação. E o que está aqui proposto é piorar a situação que está hoje. Por quê? Imaginemos: a gente aprovou isso. Dez anos depois que foi concluído um curso, vem um aluno aqui e esse aluno fez o que, uma pós-graduação. Qual o primeiro lugar que ele vai bater? Na pós-graduação. 'Ah, não, o seu curso era coordenado pela Agência de Inovação'. Aí esse cara vai ficar pingando na Instituição até ele achar onde estava a gestão acadêmica, onde estão os registros.*" Professor Kihara informa que, como as necessidades da pós-graduação *lato sensu*, e, ainda, o número de servidores técnico-administrativos da ProPG é pequeno, não seria possível nela concentrar o apoio administrativo; 2) questiona-se o fato de o documento não mencionar, em qualquer de seus dispostos, a participação dos Centros na deliberação acerca dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Menciona-se o inciso VII, do Art. 9º, do Regimento-Geral da UFABC, que estabelece ser competência dos Centros "emitir pareceres, no seu âmbito, projetos pedagógicos de cursos de especialização". Ainda, menciona-se a importância dessa participação, uma vez que há questões relacionadas a créditos de carga didática dos docentes. A área demandante informa que as atribuições que o docente terá nesse tipo de curso nada têm a ver com suas atribuições enquanto docentes dos Centros. Acrescenta que se pode discutir a participação dos Centros nas

decisões, porém, isso tornaria os processos menos ágeis. Retomada a questão acerca do Regimento-Geral, professor Kihara afirma que as normativas internas devem ser respeitadas e não se opõe à deliberação pelos Centros. Preocupa-se, apenas, com a agilidade e desburocratização dos processos; 3) quanto ao Art. 6º, considera-se inadequada a incumbência de deliberar acerca da criação de cursos a colegiados compostos, majoritariamente, por representantes das áreas proponentes dos cursos. A área demandante informa que se considerou uma composição pequena para a Comissão, de modo a desburocratizar o processo. Professor Klaus complementa que as instâncias mencionadas no artigo possuem representação de todas as categorias; 4) sugere-se que a Comissão de Pós-Graduação avalie a Minuta e com ela contribua. Ainda, sugere-se que os Conselhos dos Centros sejam ouvidos. Professor Kihara afirma considerar a criação da CPLS mais apropriada para apreciar as propostas. Ainda, expõe não ser contrário à apreciação das propostas nos Conselhos de Centro; 5) questiona-se o motivo da criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* na UFABC, se serão os professores doutores que ministrarão as aulas e qual é o público-alvo desses cursos. A área demandante informa que os cursos *lato sensu* podem aprimorar o caráter da atividade profissional das pessoas da região. Quanto ao público-alvo, a área demandante informa ser muito distinto entre os cursos; 6) a conselheira Tatyane afirma que recebe, mais uma vez, um documento da ProPG com tristeza. Solicita a transcrição de sua fala na íntegra: "*Capítulo I. Questões. Financiamento: Vai ser proibida a cobrança desses cursos de pós-graduação, ou não? Isso não está explícito. Quais setores participaram da elaboração desta Resolução? O corpo discente e técnicos administrativos foram consultados? Que sugestões deram? A questão da inclusão, permanência de mulheres, negros e LGBTs fez parte dessa discussão? Como vocês vão implementar políticas de inclusão e permanência? A pós à distância já está sendo discutida com a equipe da UAB* (Universidade Aberta do Brasil)*? Quais serão os mecanismos de transparência sobre as atividades dessa Comissão? Capítulo II. Sugestões. A composição deve ter diferenciação por categoria. Deve haver representação discente de pós-graduação. Há representante discente na CPG, logo deve haver na CPLS. Que os processos de criação, avaliação e implementação de cursos tenham um trâmite, um ritual que tenha princípios padronizados, respeitando as especificidades e a questão da democratização, transparência e diálogo. E agora, a parte que não pode faltar, que é da crítica. Eu sou obrigada a fazer esse papel duro. Como eu já falei aqui, a ProPG... eu tenho uma grande frustração e por isso, Ronei, eu não quero fazer pós aqui, de jeito nenhum... Eu tenho uma antipatia pessoal com algumas pessoas que cuidam, ou descuidam deste setor. A confusão se mantém. É mais uma Resolução estranha. Eu leio, leio e não sei do que se trata. Não é uma coisa limpa e clara. Provincianismo técnico, como está a atual gestão da ProPG. A carga didática. E aí? Essa questão da carga didática. Primeiro que é um termo horroroso. Carga didática, então não dá aula!... muda de profissão. Se a principal atividade docente é dar aula e você chama de carga, o que eu vou discutir com uma pessoa dessas? Eu ouvi esse termo sendo falado aqui com uma naturalidade. Como um termo técnico. 'Ah, carga didática, burro de carga'. Não, não é carga didática. A atividade mais prazerosa que eu tenho aqui é na sala de aula, porque eu sou monitora. Essa semana eu dei duas aulinhas, fiquei sem voz. Foi uma das melhores coisas que eu fiz e graças a Deus meu público agradece, né? Porque eu, talvez, seja vocacionada. Agora, para quem não tem vocação, escolha outra atividade. É um termo que eu acho que vocês têm que pensar sobre isso. Kihara, essa sua fala me deixou assustada. 'Representação pequena'. Isso já é a tradição. É a representação pequena. Nós queremos representação ampla. Agilidade para quê?Por*

quê? Para quem? Não tem pressa. Não tem dinheiro, entendeu? Vai ficar tudo atrasado, a política do MEC aí... não tem dinheiro, então não tem porque ter pressa. Esse negócio de pressa não resolve. Então, eu acho que a ProPG precisa se repensar. Ela precisa abrir a caixa preta, ela precisa democratizar, ela tem que dialogar, ela tem que deixar de ser intransigente e arrogante. Obrigada." Professor Kihara afirma que o documento não menciona se os cursos serão cobrados, pois se trata apenas do estabelecimento de um fluxo para sua criação. Afirma considerar importantes as políticas de inclusão e menciona haver programas de pós-graduação que possuem cotas. Afirma que, nem técnicos administrativos, nem discentes, foram consultados para elaboração do documento, mas considera importantes as opiniões das categorias, estando disposto a discutir todas as questões que forem levantadas. Afirma que a ProPG está aberta à conselheira, incentivando-a a levar todas suas questões à Pró-Reitoria; 7) afirma-se que a pós-graduação *lato sensu* diferencia-se dos cursos de Extensão. Desse modo, tanto o apoio acadêmico quanto o administrativo devem ser concentrados na ProPG. Ainda, pondera-se que as propostas devam ser encaminhadas à CPG, sendo dispensável a criação da CPLS. Professor Kihara informa que a CPG não foi muito aberta a apreciar as propostas de cursos de pós-graduação *lato sensu,* mas poderia fazê-lo, se o ConsUni assim decidir. Porém, mantém a proposta de criação da CPLS; 8) sugere-se a separação dos cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, tratando-se o primeiro como curso de pós-graduação e o segundo de maneira diferenciada; 9) sugere-se a transformação do parágrafo único do Art. 6 º em parágrafo único do Art. 5º, adequando-se a redação para: "o apoio administrativo e acadêmico aos cursos propostos será ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação". Professor Kihara afirma não ser contrário à centralização, mas, ao ouvir as áreas listadas, essas se mostraram favoráveis à administração local dos cursos; 10) questiona-se a quem competirá a avaliação dos cursos. A área demandante esclarece que o relatório anual apresentado ao ConsUni e ao ConsEPE consistirá de uma síntese das atividades realizadas; 11) sugere-se acrescentar a figura do vice-coordenador dos cursos; 12) menciona-se que o ConsEPE deve continuar responsável pela aprovação de cursos; 13) sugere-se alteração da redação do Art. 14, uma vez que, caso um curso seja criado, o apoio administrativo a ele deve ser garantido; 14) sugere-se a inclusão de um artigo que exija um parecer dos Conselhos de Centro; 15) sugere-se a retirada do Art. 14, uma vez que é desnecessário; 16) sugere-se que as duas instâncias de apreciação das propostas sejam os Conselhos de Centro e a CPG, e que elas não passem pela deliberação do ConsEPE e do ConsUni; 17) menciona-se que, caso a intenção do documento seja proporcionar diversas portas de entrada para os cursos de pós-graduação *lato sensu,* outras instâncias deveriam estar mencionadas no Art. 6º, como a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) e a Superintendência de Gestão de Pessoas (SuGePe). Pondera-se que, da maneira como o documento está apresentado, as possibilidades da comunidade estão limitadas e não ampliadas; 18) defende-se que os cursos passem pelos conselhos superiores, uma vez que são os colegiados com maior representatividade. É mencionado o caso de um curso de pós-graduação que propunha cotas para técnicos administrativos e a CPG optou por retirar a menção a tais cotas. Argumenta-se que tal colegiado não possui forte representatividade de todas as categorias; 19) sugere-se que as instâncias mencionadas no Art. 6º sejam assessoras, e não as responsáveis pela aprovação inicial de propostas; 20) sugere-se a publicação de Editais de chamamento de propostas para os cursos; 21) a conselheira Tatyane solicita que sua fala conste integralmente: "*Sobre a questão de discutir, Kihara, eu estou ouvindo essa conversa desde a era Waldman, por isso que estou um pouquinho nervosa já há*

*algum tempo. Desde a era Waldman que eu sento em Gabinetes para conversar com burocratas brancos e tenho que explicar o que é raça, o que é gênero... e eles dizem 'não, é minha opinião...' e falam abobrinha. Eu não tenho tempo.Estou há muito tempo, já cansei, sabe? Não tenho que ficar dando aula para doutor. Não tenho que ficar dando aula, o 'Bê-Á-Bá' para doutor porque isso eu já fiz há bastante tempo.Segunda questão, é preciso olhar para o Escola Sem Partido e para a questão da Política Científica e Tecnológica. Inclusive eu tenho que mandar para o Klaus um comentário sobre esse assunto em resposta à Nota da Reitoria de relações com o MEC.O que fica claro de todo esse tempo que eu tenho lidado com a ProPG da UFABC. Questão de inclusão e permanência não é prioridade. Não é prioridade, porque 'Vamos discutir, vamos discutir, vamos discutir'. Resultado: a UFABC é uma das mais atrasadas em relação à inclusão e permanência. No curso de Filosofia, do qual o Fernando Mattos faz parte, da pós-graduação, 80% são homens. Nós temos 50% de mulheres doutoras, professoras, o maior índice do Brasil e 80% de alunos homens, ou seja, um bando de mulher formando o patriarcado em Filosofia. Desconstrução de práticas de exclusão, machismo, violência contra as minorias e empoderamento das populações historicamente excluídas na pós-graduação, também não é prioridade. Democratização, transparência, construção de processos de decisão com permeabilidade comunitária – as pessoas precisam participar, mas elas só vão participar se vocês fizerem políticas e se preocuparem com isso. Isso tem que ser prioridade. Eu acho que a ProPG nos trata com desrespeito, inclusive, ela tem uma questão lá, um assunto lá com desligamento de aluno indevidamente que eu acho que ela se fechou. Ela é um lugar de técnico, é tudo técnico e se fechou. Então eu acho que ela nos desrespeita, sim. O corpo discente da pós é o mais frágil, pelas especificidades de fazer uma pós, pela questão de produtividade. Então, assim, se vocês não criarem políticas para formar esses cidadãos para eles serem bons gestores públicos, porque eles vão ser gestores com pós-doutorado, vão trabalhar em instituições, vocês estão falhando na missão de vocês. Faz parte da formação, em Mestrado e Doutorado, a capacitação em burocracia também. E, assim, eu quero discutir aqui. Eu estou cansada de Gabinetes, desde a ARI (*Assessoria de Relações Internacionais), *que eu também tive problema, porque ela não cumpria com seus deveres. Me chamam para discutir em Gabinete. Eu quero discutir na luz da esfera pública e não na escuridão dos Gabinetes. Porque isso eu já faço e não resolve. Eu uso vários meios e infelizmente não acontece. Outra questão, agora é jogo rápido. Você acata ou não acata? Eu pedi representação discente nessa Comissão, como tem na CPG. É sim ou não. Acata ou não acata? Os alunos vão estar representados ou não? E a diferenciação das categorias que não está no documento. Obrigada"*. Professor Kihara acata a inclusão de representantes dos discentes e técnicos administrativos na CPLS. Professor Mauro responde à fala da conselheira Tatyane, afirmando ser negro e *homo sapiens*, como todos. Acrescenta que a maneira como a conselheira fala das pessoas brancas pode gerar preconceitos. Solicita que a conselheira tome cuidado com suas palavras, pois a maneira como fala é preconceituosa. Tatyane explica não ser um preconceito, mas uma discriminação clara, que busca desvelar o mito de que todos somos iguais. Acrescenta que a Universidade mostra o quão desiguais são as pessoas pelo número de mulheres que tomam decisões, pelo número de negros e LGBTs que mandam na UFABC. O discurso de que são todos iguais é falso. Professor Mauro complementa sua fala, solicitando que a ProPG realize um estudo sobre os cursos de Especialização disponíveis na região do Grande ABC. Ainda, solicita que haja um aporte de servidores caso a ProPG centralize a administração de cursos de pós-graduação *lato sensu*, uma vez que, caso isso não ocorra, os

coordenadores dos cursos teriam que realizar ainda mais o trabalho de funcionários. Considera importante que as propostas passem pelo crivo dos conselhos superiores; 22) sugere-se a inclusão de dispostos que normatizem a oferta dos cursos e o rito de alteração e revisão de projetos pedagógicos. A área demandante acata a sugestão; 23) argumenta-se que o grande problema da CPLS é que seus membros são majoritariamente indicados pela Reitoria. Deste, modo, sugere-se que haja reformulação total de sua composição, de modo que todas as categorias estejam bem representadas. Professor Kihara afirma que uma nova composição será estudada. Nesse momento, surge a proposta de manutenção do item no Expediente, considerando a quantidade de sugestões de alteração. A Mesa acata a sugestão de manutenção do item no Expediente e solicita a todos que encaminhem suas sugestões à área demandante. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h09.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração

Natália Paranhos
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Assistente em Administração

Soraya Cordeiro
Secretaria-Geral

ANEXO I

A UFABC é uma Universidade que, mais uma vez, volto a dizer, se pretende inclusiva. No entanto, a cada dia que passa, percebemos que assim não o é. A Universidade também se pretende acessível, até mesmo criou cotas para que alunos com deficiência possam ingressar na UFABC, o que é louvável. Todavia, o que não é nada louvável é prometer uma universidade dos sonhos, uma universidade pronta para receber todas as pessoas com deficiência, mas quando o aluno chega aqui, não encontra ônibus suficiente para atender dois alunos cadeirantes ao mesmo tempo.

É uma universidade que já trouxe dor a um aluno que precisava fazer a troca de sonda, mas a enfermaria estava fechada. É uma universidade que não é capaz de atender rapidamente um aluno cadeirante que está preso no segundo andar por problemas de um elevador em um dos prédios e faz o mesmo ficar praticamente três horas esperando a empresa fabricante dar a devida manutenção no elevador e ninguém ligando o outro, fazendo com que o aluno passe por uma humilhação tamanha, de ter que descer a escada carregado.

Oras, isso é ser acessível? É assim mesmo que a Universidade acolhe os seus alunos com deficiência? Sabe, a UFABC é muito boa apenas na propaganda. Inclusive, está aí um curso para a Universidade criar: Propaganda e Marketing, pois, com certeza, terá excelência, visto tantas propagandas que não condizem com a realidade, que não condizem com essa Universidade. Mas a Universidade consegue vender muito bem e, inclusive, convencer as pessoas a virem para cá, e, por fim, acabarem se frustrando, como o caso do aluno que veio da FATEC.

A UFABC deveria ter mais respeito quando faz determinadas propagandas irreais para não humilhar e frustrar ninguém. A Universidade nem possui os quadros técnicos necessários como terapeutas ocupacionais, os bombeiros civis, o preparo da equipe de segurança, um plano de contingência para casos como o que ocorreu com o Wesley, nem treino de Brigada de Incêndio para atender alunos com deficiência.

Mais uma coisa: ano que vem, teremos mais oitenta alunos com deficiência ingressando na Universidade. Como a UFABC pretende administrar essa questão, se não está dando conta e tratando com inclusão e acessibilidade que merecem os alunos que aqui já estão? Não será a hora de repensar esse ponto ou a UFABC pensa que a inclusão deva ser feita de todo jeito e a qualquer custo, não importando com quem estão lidando, nem por cima de quem estão passando. Ou, ainda, a UFABC será irresponsável de continuar propagandeando algo que é irreal, mesmo sabendo que não cumprirá o prometido, que não é inclusiva e nem acessível como deveria ser para receber com um mínimo de dignidade e estrutura todos os alunos. Fica a reflexão aqui para vocês.

ANEXO II

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições e considerando as deliberações ocorridas na continuação de sua II sessão ordinária de 2016, realizada no dia 5 de julho de 2016, manifesta sua preocupação quanto ao contingenciamento do orçamento referente aos anos de 2016 e 2017.

O Conselho Universitário da UFABC, preocupado com os sucessivos cortes orçamentários da UFABC, reforça a necessidade de acesso ao pleno orçamento para a consolidação da UFABC, que em 2016 completa 10 anos de implantação de seu projeto pedagógico.

O orçamento de custeio previsto na LOA para esse ano de 2016 é 27% menor do que foi o custeio de 2015, considerando a inflação do período. Além disso, este orçamento está sendo contingenciado em 20%, o que faz com que a instituição possa acessar apenas 80% de um valor já insuficiente. Essa situação coloca em risco a manutenção e o funcionamento da Universidade, além de comprometer a permanência estudantil na instituição.

Por essa razão o ConsUni vem manifestar sua preocupação no sentido de garantir:

1) o descontingenciamento do orçamento de 2016 (custeio e investimento) e

2) a aprovação de um orçamento para 2017 condizentes com o crescimento de uma Universidade em consolidação, conforme o registrado na Proposta Orçamentária apresentada ao MEC.

A principal inovação pedagógica da UFABC é seguir por um projeto que garanta simultaneamente a excelência acadêmica, a interdisciplinaridade e a inclusão social. Sem os recursos orçamentários necessários coloca-se em xeque esse projeto e os excelentes resultados que já produziu.

ANEXO III

Prezados membros do Conselho,

Vimos por meio deste informativo esclarecer alguns apontamentos realizados na última sessão deste Conselho e que envolve a Coordenadoria de Laboratórios Didáticos Úmidos.

Mediante a frequente dúvida do corpo técnico relacionada à responsabilidade legal dos técnicos e docentes sobre usuários dos laboratórios, a CLDU enviou à Procuradoria a CI nº 15/2016 CLD questionando a responsabilidade e a legalidade do fluxo adotado até aquele momento.

Baseado em documentos legais internos e externos, leis, portarias, normas, regimentos, a Procuradoria se posicionou da seguinte maneira: “Diante do exposto, concluímos que a) a responsabilidade pela orientação dos usuários dos laboratórios é conjunta dos técnicos de laboratório e docentes; b) o aluno usuário que não cumpra as normas pertinentes aos laboratórios está sujeito à proibição de permanência neles e, se for o caso, sanções disciplinares previstas no Regimento-Geral da UFABC; c) os servidores responsáveis pelos laboratórios que não cumprirem ou não fiscalizarem o cumprimento das normas pertinentes aos laboratórios, se for o caso, estão sujeitos às normas disciplinares da Lei nº 8112/90”.

De acordo com essa resposta, que diz que a responsabilidade é conjunta entre técnicos e docentes, e que, se os técnicos se abstivessem dessa obrigação, estariam sujeitos a sanções, orientamos os técnicos para que, em caso de descumprimento das normas de segurança por parte dos alunos, não autorizassem a permanência dos mesmos no laboratório. Para que eventos constrangedores não ocorressem e que se criasse uma cultura de segurança por parte dos alunos, afinal, para que algo seja cobrado, é necessário que as partes conheçam o porquê das regras, no início do ano, a equipe dos laboratórios didáticos úmidos propôs e elaborou uma campanha de conscientização de segurança laboratorial, que se efetivou no segundo quadrimestre de 2016 através de palestra elaborada e ministrada pelos técnicos de laboratório às 53 turmas de Base Experimental das Ciências Naturais na primeira aula dessa disciplina.

Essa disciplina foi escolhida, tanto por ser o primeiro contato dos alunos dessa Universidade com os laboratórios, quanto pelo apoio dado pela coordenação da disciplina. Agradecemos o apoio dos docentes que incentivaram fortemente essa iniciativa, permitindo a intervenção didática por parte da equipe da CLDU e cientes de todo o histórico e apoiando a atuação dos técnicos dentro dos laboratórios. Entendemos que a pouca divulgação por parte da CLDU da posição da Procuradoria pode ter causado desentendimentos e, para isso, a CLDU se compromete a utilizar o meio legal para informar todos os docentes sobre o posicionamento da Procuradoria.

A CLDU tem como foco, neste caso, respeitar a cultura de segurança laboratorial, não ser protagonista de acidentes e informar os alunos que utilizam os laboratórios sobre a necessidade

de respeitar regras e o porquê de elas serem seguidas, cumprindo seu papel para com a cidadania do aluno da UFABC. Para isso, é necessário que todos os servidores envolvidos, sejam técnicos ou docentes, cumpram suas responsabilidades como parceiros e, nessa perspectiva, contamos com o apoio de todos os docentes para que as medidas de segurança sejam respeitadas e que o papel do técnico, tão responsável pelos laboratórios quanto os docentes, também seja.

Atuando como parceiros, conseguiremos cumprir o objetivo, que é de fazer uma ótima universidade do século XXI.

ANEXO IV

MOÇÃO DE PREOCUPAÇÃO

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições, em sua XX sessão ordinária, realizada no dia 28 de junho de 2016, manifesta extrema preocupação com relação aos diferentes ataques direcionados a Constituição Federal brasileira evidenciadas nos documentos PLP257/2016 e PEC 241/2016, que tramitam no Congresso Nacional, da autoria de diversos agentes institucionais.

Os referidos documentos - O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 257/2016 e a Proposta de Emenda à Constituição n° 241/2016 – trazem severas propostas de ajuste fiscal, com gravíssimas repercussões em desfavor dos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos e dos usuários de serviços públicos em geral.

A pretexto de equilibrar finanças públicas deterioradas, o PLP nº 257/2016 e a PEC 241/2016 trazem medidas de vedação ou restrição severa, como é possível ver pelos exemplos, destacados pois alcançam o setor federal e suas respectivas administrações públicas indiretas - autarquias e fundações:

1.Vedação a concursos públicos: afeta o planejamento da força de trabalho das instituições públicas em geral, a exemplo das Universidades, dificulta o atendimento as demandas dos alunos através do corpo técnico, a alocação didática, oferta de cursos pela UFABC, principalmente graduação, pois, servidores técnicos administrativos e docentes são admitidos mediante concursos públicos.

2. Vedação a reajustes e revisão de remuneração: na pratica torna inconstitucional o que hoje é garantido pela constituição federal, o reajuste do salário para dirimir as perdas mínimas como a inflação, por exemplo. As consequências de longo prazo é o congelamento da remuneração dos servidores públicos de todos os níveis, visto que a PEC 241/2016 institui um regime de ajuste fiscal de 20 anos, limitando investimentos nas áreas de educação, saúde, dentre outras.

3. Vedação a alteração da estrutura das carreiras: essa ação fragiliza os já precários mecanismos de carreira que temos, no caso das Universidades, o PCCTAE, relacionados aos técnicos administrativos e o plano de carreira docente. Não será possível, por exemplo, criar novos níveis ou progressões funcionais.

4. Vedação a criação de funções públicas: na prática, isso promoverá aumento do desvio de função, mal que muitas vezes assola o serviço público. Por outro lado, os servidores podem não querer assumir cargos, pois não terão como ser remunerados.

5. Oficialização do plano de desligamento voluntário de servidores públicos (PDV), em diferentes níveis: na prática, com a proibição de novos concursos, isso significa não fornecer condições de funcionamento das instituições públicas.

Não podemos concordar que a pretexto de equilibrar finanças públicas deterioradas, nossa classe política nos apresente projetos de lei ou de reforma à Constituição que pretendem precarizar o serviço público em áreas fundamentais, arriscando a sobrevivência digna dos brasileiros, que necessitam de qualitativos investimentos em educação e saúde, por exemplo. Ajustes fiscais de longas décadas significarão sepultar muitos projetos e expectativas geracionais. Bem como não podemos compactuar com a desvalorização do trabalhador público, através do rebaixamento de salário e não contratação.

Se reformas institucionais são necessárias, ainda assim, as alterações legais ou constitucionais realizadas pelo Congresso Nacional, ou intencionadas em qualquer outra esfera do poder político, precisam respeitar o legado dos direitos sociais presente na Constituição Federal de 1988, na CLT e no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, de suas autarquias e das fundações públicas federais (lei 8112/90). Por essas razões expressamos nosso repúdio ao teor precarizante que constam nos termos do PLP 257/2016 e da PEC 241/2016, e colocamos à disposição das autoridades políticas nosso interesse em discutir caminhos reais para a saída do Brasil dessa crise econômica, a começar, pela necessidade de revisão da dívida pública.